

um debate com o deputado Barros Munhoz, que, confesso, tem uma veemência e uma oratória que não vou ter a pretensão de me igualar. O deputado fez uma comparação entre o que acontece em São Paulo e em Brasília. Na citação, falou os partidos que fazem oposição em Brasília, como o PPS, o PSDB e o DEM.

É oportuno, de fato, que discutamos isso. Vou me ater a algumas questões dessas observações sobre Brasília. É verdade que durante do Governo FHC o Brasil não tinha o grau de investimento e que durante o Governo Lula chegou a tê-lo, num processo que, até aquele momento, todos considerávamos saudável, apesar de ser oposição ao governo. Significava que o Brasil vinha caminhando num processo que começou com a estabilidade econômica, dada pelo Plano Real, dando sequência a um conjunto de reformas, continuadas, em parte. Isso permitiu que o Brasil apresentasse uma condição de solidez que atingiu o grau de investimento.

Também é verdade que tudo isso estamos perdendo - e de maneira muito acelerada. Não sou daqueles que acham que devemos ficar atentos ao que pensam as agências internacionais. Muitas vezes, essas agências dão pareceres que não se confirmam. Mas nós podemos desconhecer que o mundo está globalizado, que o Brasil e a sua economia estão inseridos nesse mundo e que muitos investidores, que podem trazer para cá capital importante, vão olhar a análise dessas agências.

Tanto isso é verdade que o próprio presidente Lula, quando o Brasil atingiu o grau de investimento, festejou isso como uma conquista do seu governo. Como tudo que aconteceu neste País, nos últimos anos, era festejado como uma conquista do seu governo. Não fomos nós, o presidente Lula festejou isso como uma conquista do seu governo.

Independentemente de acreditarmos ou não nas agências internacionais, não podemos desconhecer a situação que o País está vivendo. O deputado Airon este aqui, usou da tribuna e fez referência: anda nas ruas e vê o preço da gasolina subindo, o preço da energia subindo, o preço de tudo subindo. A inflação está beirando os perigosos dois dígitos. Vossa Excelência sabe disso porque, como eu, tem origem no movimento sindical e sabe que a pior coisa para os trabalhadores é a inflação. Lutamos muito tempo no período da inflação: era reajuste anual, reajuste semestral, reajuste trimestral. E chegamos a pedir que o salário fosse indexado diariamente e, mesmo assim, os trabalhadores - aqueles que vivem do salário - perdem. A inflação é a pior coisa que a gente pode ter para o país e para os trabalhadores - e ela está aí batendo as portas de todos nós.

Por outro lado, é negável, independente das agências, que nós temos uma situação de déficit que muitos festejam. Olha, nós estamos tendo déficit, mas o déficit foi para pagar o Bolsa Família e o salário dos aposentados que cresceu um pouco mais.

Primeiro, não é verdade que foi só para isso. Utilizou-se dinheiro das pedaladas também para financiar grandes empresas. O dinheiro não foi só para o Bolsa Família. Mas o problema não é esse. O Bolsa Família é um programa importante, mas se você não faz isso dentro da responsabilidade fiscal do equilíbrio do orçamento, a conta vai vir depois - e a conta vai vir para os trabalhadores e para a população, como já está vindo. A conta vem para os que mais precisam.

Para quem ganha muito, tira de letra uma inflação de 10 por cento. Para quem está aplicando dinheiro no mercado financeiro, está uma maravilha: tem uma inflação de 10, mas tem juros de 14% ao ano. Então, está protegido. Para o trabalhador que recebe salário, para aquele que recebe o Bolsa Família, o aumento não vai acompanhá-lo e não vai compensar o que ele está perdendo com a inflação.

É disso que nós estamos falando: de uma realidade que a nossa população sente no bolso. É por isso que nós temos dito com muita clareza: precisa mudar tudo o que está acontecendo em Brasília porque a situação está ficando muito difícil para o país.

O governo federal e o governo do presidente Lula fizeram o empréstimo consignado como uma grande conquista dos trabalhadores. É verdade: o empréstimo consignado é uma coisa boa - se fosse feito a juros baixos. O máximo dos juros, até dois meses atrás, era de 2,14. A presidente Dilma autorizou passar para 2,34 em um momento que isso não precisava ser feito. Nenhum banco iria deixar de fazer consignado se continuasse 2,14. Alguém pode dizer: 0,2% a mais. Isso dá 3% ao ano.

Eu não tenho o número atualizado de quanto tem de empréstimo, hoje, no INSS. Em outubro do ano passado, o Brasil tinha 245 bilhões de consignado; 140 bilhões de servidores públicos; 70 bilhões dos aposentados do INSS. Três por cento de 70 bilhões são 2 bilhões ao ano no bolso dos banqueiros sem precisar.

Não há nenhuma razão econômica que levasse a isso. Todos os bancos continuariam emprestando consignado porque a 2,14 é o melhor negócio que eles podem fazer sem inadimplência.

É disso que nós estamos falando. Por que essa decisão foi tomada? Ninguém falou isso. As Centrais, infelizmente, não falaram; os Sindicatos de trabalhadores e de aposentados também não falaram.

Eu fiz a conta só do INSS. Se essa mudança tivesse sido feita no momento em que os trabalhadores estão com uma situação de folga, ninguém iria correr atrás do consignado. Mas está todo mundo em uma situação de dificuldade. A inflação subiu e o salário não está conseguindo chegar até o final do mês. Quem tinha um consignado, houve uma ampliação do prazo nesse período também. A pessoa já pagou 30% da sua dívida. Ele tem a oportunidade de pegar um novo empréstimo por um prazo maior, quitar o que ele tinha e ainda sobra uma parcela. Isso acontece invariavelmente, todo dia.

Os trabalhadores trocam a dívida. O que vai acontecer? Os trabalhadores, os aposentados do INSS vão trocar uma dívida que era de 2,14% ao mês por uma dívida de 2,34%, mais cara, dada a crise que eles estão passando. É disso que estamos falando.

Não podemos concordar com isso que está acontecendo no governo federal. Os deputados já colocaram e eu acrescento esses dados. Em São Paulo, por outro lado, o que temos acompanhado - e é o orçamento que estamos votando? É um orçamento que tem equilíbrio, é um Estado que mantém o pagamento das suas obrigações, é um Estado que ainda mantém investimentos, o que é importante. Andamos pelo Estado e vemos obras acontecendo. Tudo isso mostra a importância do equilíbrio. Não é porque tem uma agência, embora exista uma repercussão do que ela fala nos investidores que vêm para cá. É pela realidade do nosso povo. Andamos na rua e percebemos o que está acontecendo. São essas questões que queríamos discutir neste momento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Nobre deputado Davi Zaiia, fico extremamente feliz de ouvi-lo. Lembro que, no mandato passado, tive a oportunidade de fazer um comentário, depois de algumas participações de V. Exa. na tribuna e nas comissões, sobre o excelente mandato que V. Exa. estava fazendo. Mais uma vez quero dizer isso.

Ponderadamente, de forma bem clara, V. Exa. coloca com toda a propriedade o que ocorreu e está ocorrendo com o Brasil.

Não podemos negar que o primeiro Governo Lula teve os seus méritos. Eu sempre disse isso. O presidente Lula, eleito pelo PT, teve a coragem e a dignidade de indicar para presidente do Banco Central, com uma autonomia que jamais o Banco Central teve, o deputado federal mais votado do PSDB de Goiás, Henrique Meirelles. Eu me lembro, eu frequentava Brasília e ouvia as discussões. Heloisa Helena, Chico Alencar e outros deputados do PT saíram do partido por discordarem da política econômica que o presidente estava trilhando, em sequência ao trabalho que vinha sendo feito e que redundou na melhoria das condições de vida. Não foi à toa que ele foi reeleito.

Agora, o segundo mandato já não foi igual e o primeiro mandato da presidenta Dilma, lamentavelmente - não digo isso com alegria -, foi muito ruim. Vossa Excelência aponta muito sabiamente os pontos que evidenciam essa queda na qualidade de vida da população brasileira e o declínio do nosso País no cenário das nações desenvolvidas do mundo.

O SR. DAVI ZAIIA - PPS - Muito obrigado, nobre deputado Barros Munhoz, pelas palavras e pelo aparte. Acho que isso

que V. Exa. acaba de colocar é uma questão que temos de estar atentos.

O País não é mais o país que pode ser dividido. Vou falar porque foram os governos que existiram, mas poderíamos voltar ao Governo Itamar Franco. Alguns dizem: "O Governo Fernando Henrique não fez nada certo e o Governo Lula fez tudo certo." Essa discussão, que muitas vezes vejo sendo feita aqui, foi superada pela vida, foi superada inclusive pelo momento em que o PT passou a ser governo.

Esse discurso ficava bem e tinha alguma credibilidade quando o PT era apenas oposição. Quando o PT passou a ser governo, ele adotou como medidas concretas de política econômica e de gestão da coisa pública várias questões que eram criticadas antes.

Na economia, conforme lembrado pelo deputado Barros Munhoz, o presidente do Banco Central foi o Sr. Henrique Meirelles, que atuou com independência, sendo fundamental para que o País avançasse e tivesse melhor solidez. Na prestação do serviço público, aconteceu a mesma coisa. Às vezes, vejo essa discussão se o serviço público deve ser todo estatal, sem a participação da iniciativa privada.

Eu ando pelo Brasil. Prefeituras e estados governados pelos PT adotam o mesmo modelo, isto é, o modelo da participação das organizações sociais como instrumento importante da prestação de serviços. Por quê? Porque todos nós evoluímos nisso. Mais importante do que saber se o serviço é estritamente público ou não, devemos nos preocupar se o serviço é eficiente e atende à população.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje, lembrando-o ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 26 minutos.

17 DE DEZEMBRO DE 2015 085ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ e RICARDO MADALENA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de alteração da Ordem do Dia. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 57/15.

2 - DELEGADO OLIM

Para comunicação, agradece a seus pares pela aprovação do PLC 57/15, de sua autoria.

3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Encerra a discussão e coloca em votação o PLC 59/15. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de método de votação ao PLC 59/15. Coloca em votação e declara aprovado o PLC 59/15, salvo emendas. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas nºs 1, 24 e 28. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas, englobadamente. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 363/15, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pelo Congresso de Comissões. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados o PL 413/15 e o PL 673/15.

4 - GERALDO CRUZ

Para comunicação, questiona a Ordem do Dia e solicita suspensão dos trabalhos.

5 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Por conveniência da Ordem, suspende a sessão às 20h53min, reabrindo-a às 20h54min. Informa que houve um equívoco e recoloca o item 4 novamente em votação.

6 - JOSÉ ZICO PRADO

Encaminha a votação do PL 413/15, em nome do PT.

7 - CAMPOS MACHADO

Encaminha a votação do PL 413/15, em nome do PTB.

8 - GERALDO CRUZ

Para comunicação, contesta o conteúdo da Ordem do Dia da presente sessão.

9 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Coloca em votação e declara rejeitado o PL 413/15.

10 - ORLANDO MORANDO

Declara voto favorável ao PL 413/15.

11 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra a manifestação.

12 - CARLÃO PIGNATARI

Requer verificação de votação.

13 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Acolhe o pedido e determina que se proceda a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

14 - MILTON VIEIRA

Informa que a bancada do PSD está em obstrução ao processo.

15 - DAVI ZAIIA

Informa que a bancada do PPS está em obstrução ao processo.

16 - MARCOS NEVES

Informa que a bancada do PV está em obstrução ao processo.

17 - CLÉLIA GOMES

Informa que a bancada do PHS está em obstrução ao processo.

18 - DELEGADO OLIM

Informa que a bancada do PP está em obstrução ao processo.

19 - MÁRCIO CAMARGO

Informa que a bancada do PSC está em obstrução ao processo.

20 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Informa que a bancada do PRB está em obstrução ao processo.

21 - CARLÃO PIGNATARI

Informa que a bancada do PSDB está em obstrução ao processo.

22 - ANDRÉ DO PRADO

Informa que a bancada do PR está em obstrução ao processo.

23 - GERALDO CRUZ

Informa que a bancada do PT está em obstrução ao processo.

24 - ESTEVAM GALVÃO

Informa que a bancada do DEM está em obstrução ao processo.

25 - LECI BRANDÃO

Informa que a bancada do PCdoB está em obstrução ao processo.

26 - LUIZ CARLOS GONDIM

Informa que a bancada do SD está em obstrução ao processo.

27 - ED THOMAS

Informa que a bancada do PSB está em obstrução ao processo.

28 - GILENO GOMES

Informa que a bancada do PSL está em obstrução ao processo.

29 - RAUL MARCELO

Informa que a bancada do PSOL está em obstrução ao processo.

30 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra as manifestações. Anuncia o resultado de verificação de votação, que não alcança número para aprovação do PL 413/15. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados o PL 673/15 e o PL 811/15. Encerra a discussão e coloca

em votação o PL 986/15. Coloca em votação e declara aprovada a consulta às lideranças, para que fosse dado conhecimento da íntegra e votada a citada emenda aglutinativa ao PL 986/15, sendo dispensada a sua leitura. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Estevam Galvão, de método de votação ao PL 986/15. Coloca em votação e declara aprovada a Emenda Aglutinativa Substitutiva ao PL 986/15, restando prejudicados os demais itens.

31 - ESTEVAM GALVÃO

Para comunicação, agradece a seus pares pela aprovação do PL 986/15, que, a seu ver, deve trazer benefícios aos consumidores do estado de São Paulo.

32 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1217/15, restando prejudicado o PL 1371/15. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PDL 18/15.

33 - GERALDO CRUZ

Declara voto contrário, em nome do PT ao PDL 18/15.

34 - WELLINGTON MOURA

Para comunicação, agradece a seus pares a aprovação do PL 1217/15, de sua autoria.

35 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 59/15. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 24 e 28. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas. Suspende a sessão, por conveniência da Ordem às 21h13min, reabrindo-a às 21h14min. Coloca em discussão o PL 1298/15.

36 - GERALDO CRUZ

Declara voto contrário, em nome do PT ao PLC 59/15.

37 - CAMPOS MACHADO

Solicita a suspensão da sessão por dois minutos, por acordo de lideranças.

38 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Anota o pedido.

39 - RAUL MARCELO

Discute o PL 1298/15 (aparteado pelo deputado Gilmaci Santos).

40 - GERALDO CRUZ

Para comunicação, faz questionamento acerca do andamento da sessão.

41 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Dá esclarecimentos sobre a ordem dos itens deliberados na sessão.

42 - RODRIGO MORAES

Para comunicação, indaga qual é a data prevista de deliberação do PLC 39/15.

43 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Informa que a matéria deve ser votada no primeiro semestre do próximo ano.

44 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PL 1298/15.

45 - RICARDO MADALENA

Assume a Presidência.

46 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência. Encerra a discussão do PL 1298/15. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Cauê Macris, de método de votação ao PL 1298/15. Coloca em votação e declara aprovado o PL 1298/15, salvo emendas e subemendas. Coloca em votação e declara aprovada a emenda aglutinativa. Coloca em votação e declara aprovadas as subemendas de nºs 1 a 5 e 7 a 9, apresentadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Coloca em votação e declara rejeitada a subemenda de nº 6. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas B, C, D, E, apresentadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda A. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas nºs 366, 4270, 4271, 4272, 4274, 4275, 4276, 4277, 4278, 4279, 4281, 4282, 4283, 4285, 4290, 4291, 4292, 4293, e 4209. Coloca em votação as demais emendas.

47 - TEONILIO BARBA

Encaminha a votação da emendas ao PL 1298/15, em nome do PT.

48 - RICARDO MADALENA

Assume a Presidência.

49 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência.

50 - BETH SAHÃO

Encaminha a votação das emendas ao PL 1298/15, em nome da Minoria.

51 - BARROS MUNHOZ

Encaminha a votação das emendas ao PL 1298/15, em nome do PSDB.

52 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas.

53 - CARLOS GIANNAZI

Declara voto favorável às emendas do PSOL.

54 - GERALDO CRUZ

Declara voto favorável às emendas ao PL 1298/15 e contrário ao projeto.

55 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra as manifestações.

56 - BETH SAHÃO

Para comunicação, rebate a fala do deputado Barros Munhoz em relação a questão da Saúde Pública e da CPMF.

57 - CARLOS BEZERRA JR.

Para comunicação, faz apelo para apreciação da Urgência do projeto que trata da Defensoria Pública.

58 - LEICI BRANDÃO

Declara voto favorável às emendas do PCdoB.

59 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Convoca a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para uma reunião extraordinária hoje, um minuto após o término desta sessão; e a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para uma reunião extraordinária hoje, a realizar-se um minuto após a anterior.

60 - CAUÊ MACRIS

Solicita a suspensão da sessão por dois minutos, por acordo de lideranças.

61 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido e suspende a sessão às 22h21min, reabrindo-a às 22h21min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os PDL 16/15, PL 225/09, PL 84/13 e PL 159/14.

62 - GERALDO CRUZ

Declara voto contrário, em nome do PT, ao PDL 16/15.

63 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra a manifestação. Convoca uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Proposições em Regime de Urgência.

Há um requerimento de inversão, para que o Projeto de lei nº 1298, de 2015, passe a constar como último item das Proposições em Regime de Urgência.

Em votação. Aprovado

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 57, de 2015, de autoria do deputado Delegado Olim. Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos policiais civis do Estado. Parecer nº 1984, de 2015, da Reunião Conjunta das

Comissões de Justiça e Redação, de Segurança Pública e de Finanças, favorável.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Parabéns ao deputado Olim pela aprovação do seu projeto. O SR. DELEGADO OLIM - PP - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero agradecer a todos os deputados, em nome do Campos Machado, a todos os pares que participaram, ao líder do Governo, ao líder do PSDB e a V. Exa., que mais uma vez mostrou que nesta Casa somos soberanos pelo voto popular. Não temos que dar satisfação ao Palácio sobre o se pode ou não fazer.

Agradeço a Vossa Excelência. Tenha certeza de que pode sempre contar conosco para o que for, que é para o bem do estado de São Paulo.